

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf JEFFERSON ANDRADE LIMA DA SILVA

**A importância do ensino dos idiomas inglês e espanhol  
para a evolução doutrinária da inteligência militar  
brasileira.**



Rio de Janeiro  
2023

Maj Inf JEFFERSON **ANDRADE** LIMA DA SILVA

**A importância do ensino dos idiomas inglês e espanhol  
para a evolução doutrinária da inteligência militar  
brasileira.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e  
Estado-Maior do Exército, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Ciências Militares, com  
ênfase em Defesa.

Orientador: TC Inf NORBERTO VILAS BÔAS **HENNEMANN**

Rio de Janeiro  
2023

S586i Silva, Jefferson Andrade Lima da

A importância do ensino dos idiomas inglês e espanhol para a evolução doutrinária da inteligência militar brasileira. / Jefferson Andrade Lima da Silva. - 2023.  
46 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Norberto Vilas Bóas Hennemann  
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.  
Bibliografia: f. 45-46

1. Idiomas Inglês e Espanhol. 2. Exército Brasileiro. 3. Inteligência Militar. 4. Doutrina. I Título.

CDD 355.5

Maj Inf JEFFERSON **ANDRADE** LIMA DA SILVA

**A importância do ensino dos idiomas inglês e espanhol  
para a evolução doutrinária da inteligência militar  
brasileira.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e  
Estado-Maior do Exército, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Ciências Militares, com  
ênfase em Defesa.

Aprovado em \_\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

Ten Cel Inf NORBERTO VILAS BÔAS **HENNEMANN** - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Maj PAULO **COMUNALE** - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Maj LEONARDO HENRIQUE **MOREIRA** - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Mariana e aos meus filhos Gustavo, Heitor e Isabela. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em qualquer decisão e fazendo meus dias mais felizes. Vocês são a razão da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, dando-me forças para enfrentar e superar todas as dificuldades que a vida nos impõe.

Ao meu orientador, TC Hennemann, pela dedicação, confiança, camaradagem e precisão nos ensinamentos a mim apresentados neste trabalho.

Aos companheiros da Inteligência Militar Brasileira, que subsidiaram os conhecimentos necessário para esta pesquisa, meu mais sincero obrigado.

À minha mãe Kátia, que sempre esteve ao meu lado, nos bons e maus momentos, sempre me ensinando o caminho do bem e da dedicação.

Por fim, ao meu finado pai Jair, figura mais exemplar que tive em minha vida, a quem dedico todo meu esforço e reconhecimento, para que mesmo ao lado de nosso Deus, esteja sempre orgulhoso de seu filho.

### LISTA DE ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
A1	Primeira Assessoria – Assessoria de Pessoal
BOI	<i>Bureau of Investigation</i>
C Intlg	Contraineligência
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Inteligência do Exército
Cmt Ex	Comandante do Exército
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPEAEx	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
DIA	<i>Defense Intelligence Agency</i>
DGP	Departamento Geral de Pessoal
DOAMEPI	Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal, Infraestrutura
DoD	Departamento de Defesa
DMT	Doutrina Militar Terrestre
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FIC	Fichas de Informações do Comandante
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
IG	Instrução Geral
INFORMEx	Informativo do Exército
Intlg	Inteligência
MC	Manual de Campanha
MID	<i>Military Intelligence Division</i>
MF	Manual de Fundamentos
NSC	Conselho de Segurança Nacional
ONI	<i>Office of Naval Intelligence</i>
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PCENA	Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas

PITCIC	Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civas
PVANA	Plano de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas
SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SFICI	Serviço Federal de Informação e Contra-Informações
SIE	Serviço de Informações do Exército
SIEx	Sistema de Inteligência do Exército
SisBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
UIS	Universo Inicial de Seleção
SNI	Sistema Nacional de Informações
USAF	<i>United States Air Force</i>



## RESUMO

O conhecimento de idiomas estrangeiros é cada vez mais importante para se obter sucesso em atividades profissionais no Século XXI, independente da área em que se esteja atuando. Para os militares, isso não é uma exceção, e o Exército Brasileiro vem cada vez mais buscado incentivar seu efetivo profissional a buscar habilitações em idiomas estrangeiros, principalmente na língua inglesa e espanhola. Essa busca por aperfeiçoamento linguístico vai além da simples valorização profissional do militar, sendo uma ferramenta de grande importância para a evolução da Força Terrestre, principalmente no tocante à ampliação da Doutrina Militar Terrestre, por intermédio do compartilhamento de experiências e conhecimentos técnicos específicos.

Nesse ínterim, a Inteligência Militar do Exército Brasileiro tem a mesma percepção, de que o conhecimento internacional de grandes doutrinas é a base para a evolução da nossa própria formulação de uma doutrina cada vez mais atual para a Inteligência Militar. Dessa maneira, o presente trabalho dedica-se a estudar a importância da habilitação do profissional de inteligência nos idiomas inglês e espanhol para uma evolução sistemática da doutrina militar de inteligência brasileira, e o quanto as experiências de militares em contato com forças armadas internacionais e suas técnicas são capazes de subsidiar evoluções para a nossa própria produção doutrinária, base para a evolução das técnicas, táticas e procedimentos que envolvem o emprego do Sistema de Inteligência da Força Terrestre.

**Palavras-chave:** Idiomas Inglês e Espanhol, Doutrina, Inteligência Militar, Exército Brasileiro.

## **ABSTRACT**

The knowledge of foreign languages is increasingly important to achieve success in professional activities in the 21st century, regardless of the field one is working in. For the military, this is no exception, and the Brazilian Army is increasingly encouraging its personnel to seek qualifications in foreign languages, primarily in English and Spanish. This pursuit of linguistic improvement goes beyond the professional valorization of the military, being a tool of great importance for the evolution of the Land Force, particularly in terms of expanding the Ground Military Doctrine through the sharing of experiences and specific technical knowledge.

In this regard, the Military Intelligence of the Brazilian Army shares the same perception that international knowledge of major doctrines is the foundation for the evolution of our own formulation of an increasingly up-to-date doctrine for Military Intelligence. Thus, this study is dedicated to studying the importance of the language proficiency of intelligence professionals in English and Spanish for a systematic evolution of the Brazilian Military Intelligence doctrine, and how the experiences of military personnel in contact with international armed forces and their techniques can support advancements in our own doctrinal production, which serves as the basis for the development of techniques, tactics, and procedures involving the use of the Intelligence System of the Land Force

**Keywords:** Languages English and Spanish, Doctrine, Military Intelligence, Brazilian Army

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	12
3. A FORMULAÇÃO DE DOCTRINA NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO 144	
4. INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM NAÇÕES AMIGAS .....	201
5. A DOCTRINA MILITAR DE INTELIGÊNCIA DOS EUA E DE PAÍSES DE LÍNGUA HISPÂNICA NA AMÉRICA LATINA .....	234
6. A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DE INTELIGÊNCIA BRASILEIRA..	2728
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	2731
8. CONCLUSÃO.....	3941
REFERÊNCIAS .....	4244

## 1. INTRODUÇÃO

A doutrina é a base para o fomento do pensamento militar. A doutrina militar, de fato, engloba todo aquele pensamento ideológico que cria, organiza, diferencia e qualifica todas as atividades que são exercidas por uma Força Armada, seja ela de ensino, preparo ou emprego. Mais do que isso, ela supera os limites operacionais e insere-se no seio administrativo-organizacional, sendo a base da condução dos prumos de qualquer estrutura militar, e não o é diferente para o Exército Brasileiro.

A Inteligência Militar, por sua vez, tal qual definido no manual EB20-MC-10.207, Inteligência, é aquela que “apesar de todas as transformações observadas no ambiente operacional moderno, mantém o objetivo básico de identificar ameaças, minimizando incertezas e possibilitando o aproveitamento de oportunidades, o que contribui decisivamente para o sucesso da operação militar”.

Mais do que isso, a Inteligência como Função de Combate não limita-se apenas a elencar as possíveis capacidades do Inimigo, mas precisa também ser aquela capaz de dar ao Comandante, em todos os níveis, o conhecimento sobre o ambiente operacional em que sua fração está atuando, envolvendo nesse mister diversos conceitos de grande valor tático-operacional, quais sejam: considerações civis, cultura, motivações, desejos da população, relações sociais, entre outros, que ajudam sobremaneira a criar a verdadeira noção a cerca daquilo que pode influenciar, direta ou indiretamente, no combate moderno (EXÉRCITO, 2015).

Ante tal complexidade conjuntural, a Inteligência Militar Brasileira demanda um alto grau de evolução e aperfeiçoamento, fazendo necessário estar em constante atualização para obter informações fidedignas para a correta consecução de seu objetivo institucional. Dessa maneira, a evolução doutrinária da Inteligência Militar Brasileira deve seguir o passo dos grandes exércitos mundiais, de forma a não cair em estado obsoleto, principalmente daqueles que estão em constante emprego real, pois são nas adversidades do combate moderno que se forjam as novas doutrinas, aquelas que de fato se adequam a um mundo altamente globalizado e, costumeiramente, caótico.

Essa atual instabilidade mundial em que todos os Exércitos nacionais estão inseridos, derivada de um cenário globalizado onde é muito difícil ter o controle daquilo que lhe cerca, trouxe grandes transformações à capacidade operativa das forças de segurança mundiais. Segundo CALVOSA e FRANCO (2022), a partir de 1990, o

Exército Americano, buscando melhor definir este novo cenário em que atuava, trouxe à tona o conceito VUCA, acrônimo em inglês formado pelas palavras, *Volatility* (Volatilidade), *Uncertainty* (Incerteza), *Complexity* (Complexidade) e *Ambiguity* (Ambiguidade), visando ampliar suas possibilidades em fazer face às exigências de se lidar cada vez mais com cenários mutáveis, complexos e dinâmicos.

Tal como visualizado no contexto acima, resta evidente que o avanço do conhecimento militar brasileiro vai ao encontro daquilo que é definido pelas grandes forças militares mundiais, em especial a dos Estados Unidos da América, haja vista ser reconhecida internacionalmente como a maior potência militar do planeta. Tal postura, evidentemente, não é exclusiva do Exército Brasileiro, mas também adotada por outras Forças Armadas ainda em desenvolvimento, especialmente nossos vizinhos sul-americanos, o que aumenta ainda mais de importância a necessidade de domínio dos idiomas estrangeiros.

É na literatura estrangeira, principalmente na inglesa, oriunda dos EUA, e na espanhola, língua mãe do entorno estratégico latino-americano, que se encontram as maiores possibilidades de troca de informação doutrinária, quer seja da própria absorção dos conhecimentos teóricos difundidos em manuais estrangeiros, em exercícios militares conjuntos, ou ainda em programas de especialização internacionais, nos quais a doutrina da Inteligência Militar Brasileira, ainda em construção e em constante evolução, debruça-se, em prol de ampliar suas capacidades para as realidades do combate do Século XXI.

Dessa feita, diante da complexidade de formulação de uma doutrina de inteligência própria, e o natural intercâmbio de conhecimento com outros exércitos na área em questão, mostra-se importante a análise do ensino dos idiomas inglês e espanhol para a evolução doutrinária da inteligência militar brasileira.

Para tanto, foram elencados como objetivos intermediários os seguintes tópicos, de forma a viabilizar o estudo em questão:

- a. Apresentar como se dá a formulação de doutrina militar no âmbito do Exército Brasileiro;
- b. Identificar o intercâmbio de conhecimento do Exército Brasileiro com o exército norte-americano e de países da América Latina, com o espanhol como idioma nativo, na área de Inteligência Militar;
- c. Identificar o emprego do idioma inglês e espanhol na doutrina militar de inteligência no âmbito internacional; e

d. Apresentar a evolução da doutrina militar de inteligência brasileira.

Com o intuito de atender os objetivos propostos, este estudo foi delimitado pelo estudo da doutrina militar de inteligência dos Estados Unidos da América, e das repúblicas constituintes da América do Sul e Central, cuja língua materna seja de origem hispânica, além da doutrina militar de inteligência brasileira. Como limite temporal, foi estipulado o estudo de doutrinas de inteligência formuladas a partir da década de 1940, com o fim da II Guerra Mundial, até a presente data.

Ademais, o presente trabalho tem sua devida importância pelo fato de se apontar se há necessidade de aumentar a proficiência de militares brasileiros em língua inglesa e espanhola, visando a formação internacional em conhecimentos de inteligência militar, bem como o nível de aproveitamento de militares habilitados em língua inglesa e/ou espanhola em cursos internacionais na área de inteligência militar, com o intuito de consubstanciar a evolução doutrinária da temática em questão.

Além disso, reveste-se de importância também observar se a doutrina militar de inteligência brasileira demanda, de fato, o emprego de língua inglesa e espanhola para sua evolução e atualização.

Cabe destacar que o presente trabalho se encontra alinhado com o Plano Estratégico do Exército, especificamente com o Objetivo Estratégico nº 6 – Manter atualizado o sistema de Doutrina Militar Terrestre, e com o Objetivo Estratégico nº 12 – Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura, comprovando sobremaneira a sua relevância.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho buscou seguir a taxinomia de Vergara (2009), fazendo uma abordagem qualitativa sobre o emprego dos idiomas inglês e espanhol para o desenvolvimento da doutrina militar de inteligência do Exército, quer seja em território nacional, quer seja fruto de experiências adquiridas no exterior, através de relatos bibliográficos e colhidos por amostragem de militares com tal experiência.

Além disso, valeu-se também de uma abordagem quantitativa, de forma a compreender a percepção de militares da Força, com habilitação específica na área de inteligência e de idiomas, ante a vinculação destas para uma melhor compreensão da doutrina vigente.

Foi ainda de caráter descritivo, pois tentou descrever como a Força Terrestre formula a sua doutrina e quais as principais características da doutrina militar de inteligência brasileira, além do uso dos idiomas inglês e espanhol para o seu aprimoramento. Para tanto, o trabalho valeu-se de base bibliográfica e documental, tanto no âmbito do Exército Brasileiro, baseado em publicações, periódicos e outras pesquisas científicas, bem como pela análise de documentação interna do Exército, contida em Boletins e legislações atinentes à questão da habilitação em idiomas estrangeiros e a doutrina militar de inteligência. Finalmente, fez usufruto de análise documental e bibliográfica de produções estrangeiras enquadradas no escopo de seus objetivos, que buscavam embasar a necessidade da habilitação de militares do Exército em idiomas estrangeiros para proveito em prol da evolução doutrinária de Inteligência Militar.

Para tanto, o presente trabalho realizou o levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas), além de documentos internos produzidos pelo Exército Brasileiro e por nações amigas, acerca das doutrinas militares de inteligência, todos de caráter ostensivo. As consultas foram baseadas nas principais fontes de pesquisa de trabalhos acadêmicos, como as plataformas digitais do Google Acadêmico, Academia.Edu, Scielo e Biblioteca Digital do Exército.

O tratamento dos dados, por sua vez, foi feito por meio da análise de conteúdo, por intermédio de entrevistas, apresentado por militares envolvidos em missões no exterior na área de inteligência. Ainda, foi também utilizado o modelo comparativo, perante universo de militares com habilitação específica nesta área, face a percepção da importância do uso de idiomas estrangeiros para melhor compreensão da doutrina

em questão, de forma quantitativa. Assim, mostrou-se uma melhor apresentação da percepção de militares da Força ante a necessidade de habilitação em idiomas estrangeiros para a evolução da doutrina militar de inteligência brasileira.

O método foi limitado pelas pesquisas referentes ao espaço geográfico brasileiro, face a aplicação de sua doutrina em território pátrio, bem como no subcontinente latino-americano, no caso dos países vizinhos de origem hispânica. Cabe destacar que tais pesquisas abarcaram material contido em plataformas digitais e físicas, constante de acervos ainda não digitalizados.

O estudo se limitou ainda a dados obtidos em fontes abertas, referentes às doutrinas de inteligência dos Estados Unidos da América, das Repúblicas da Argentina e do México, além obviamente da República Federativa do Brasil. Para tanto, foram excluídos dados existentes em camadas inferiores, como a “*deep web* e *dark web*”, bem como de documentação restrita, tanto de âmbito nacional quanto internacional, o que para efeitos de possibilidade de acesso ao presente trabalho, considerou apenas doutrinas internacionais de inteligência que já constam como desclassificadas.

Como limite temporal foram estipuladas as produções de inteligência a partir da década de 1945, de caráter nacional e internacional, e considerações acerca de missões no exterior do Exército Brasileiro na área de Inteligência a partir da década de 2010.



### 3. A FORMULAÇÃO DE DOCTRINA NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

“Art. 8º A DMT é um dos sistemas de primeira ordem na estrutura do Exército, desempenhando um papel basilar no processo de preparo, emprego e evolução da F Ter. Assim, orienta a maneira como a F Ter irá combater, a partir disso derivando as definições de como irá se organizar e se equipar para o combate. [...] a DMT orienta o emprego dos meios, tanto em pessoal como em material, calcada nos princípios, nos conceitos e nas concepções, o que vai possibilitar a organização (estruturas organizacionais e quadro de cargos) e a dotação de equipamentos (quadro de distribuição de materiais, baseada no plano de equipamentos específicos)” (BRASIL, 2022).

A formulação de uma doutrina militar no âmbito de um exército profissional segue requisitos técnicos, e no Exército Brasileiro tal assertiva não se apresenta de maneira diferente. No âmbito da Força Terrestre, a especificação da produção doutrinária dá-se por intermédio das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre – SIDOMT (EB10-IG- 01.005) (Comandante do Exército, 6ª edição, 2022), que segundo a própria, tem sua finalidade definida como “descrever a organização, as responsabilidades e as principais atividades, bem como eventos relativos ao funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT)” (EXÉRCITO, 2022).

Antes, contudo, de se analisar como o Exército trabalha a sua doutrina militar, faz mister compreender como a Instituição define o que seja uma doutrina militar em si. No âmbito da Força, o termo em questão mais empregado é a Doutrina Militar Terrestre (DMT), que a supracitada IG define como:

“conjunto de valores, de fundamentos, de conceitos, de concepções, de táticas, de técnicas, de normas e de procedimentos da Força Terrestre, estabelecido com a finalidade de orientá-la no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável em operações terrestres e conjuntas. A DMT estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares” (EXÉRCITO, 2022).

Do acima citado, denota-se que o Exército entende que a sua Doutrina engloba todo aquele conhecimento necessário para direcionar o emprego da Força Terrestre, que é o seu braço armado propriamente dito. Este direcionamento abriga também o chapéu do preparo, ou seja, toda a formulação de técnicas que orientam o treinamento de suas forças, visando o emprego em diversos cenários operacionais, quer seja para o adestramento, ou para a atuação real de suas tropas.

A DMT, de fato, é um instrumento de nível Tático das forças militares, encontrando estruturas similares nas demais instituições sob a égide do Ministério da

Defesa, estando orientada pelos grandes documentos que direcionam a estrutura de defesa do país, tal como se percebe na figura abaixo:

<b>Níveis de Planejamento</b>	<b>Instrumentos</b>
Político	- Constituição da República Federativa do Brasil - Política Nacional de Defesa (PND) - Estratégia Nacional de Defesa (END) - Livro Branco de Defesa Nacional
Estratégico	- Política Militar de Defesa (PMD) - Estratégia Militar de Defesa (E Mi D) - Doutrina Militar de Defesa (DMD) - Estrutura Militar de Defesa (Etta Mi D)
Operacional	- Doutrina de Operações Conjunta (DOC)
Tático	- Política Militar Terrestre (PMT) - Estratégia Militar Terrestre (EMT) - Doutrina Militar Terrestre (DMT) - Doutrina Naval - Doutrina Aeroespacial

Figura 1 – Níveis de planejamento e instrumentos legais

Fonte: EXÉRCITO, 2022

Outro importante conhecimento cujo entendimento se faz necessário para a compreensão da doutrina militar é o conceito de capacidades. Segundo o Manual de Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102), “o Exército Brasileiro adota a geração de forças por meio do planejamento baseado em capacidades (PBC)”, sendo que a IG 01.005 define capacidade como:

“aptidão requerida a uma força ou organização militar (OM), para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de 7 (sete) fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI” (EXÉRCITO, 2022).

Assim, o Exército é capaz de definir as diversas capacidades com as quais deve ser capaz de trabalhar. Contudo, nem sempre a Instituição já as terá disseminadas em sua doutrina, e tampouco a aquisição das mesmas se dá por simples compreensão técnica de outras doutrinas, demandando assim o emprego de pessoal especializado em habilitação específica, de forma a contrair essas capacidades para o Exército, gerando assim os chamados Produtos Doutrinários. O processo aqui apresentado pode ser melhor compreendido pela figura abaixo:

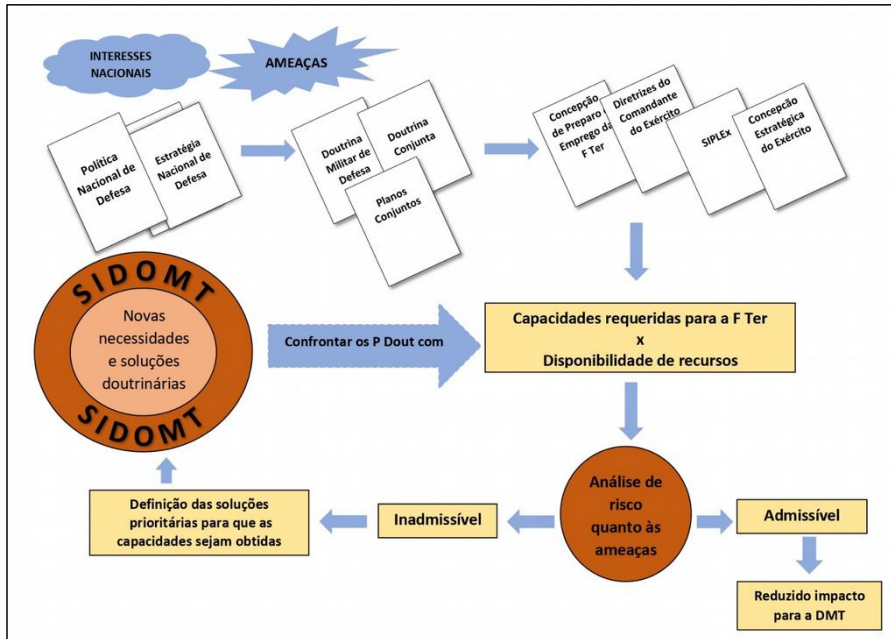


Figura 2 – A produção doutrinária orientada pelas capacidades requeridas para a F Ter  
 Fonte: EXÉRCITO, 2022

Outro conceito importante de ser entendido é o do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). Segundo a IG 01.005, o SIDOMT é a “denominação dada ao conjunto de organizações, de pessoal, de publicações e de atividades do Exército que interagem para o processamento das necessidades de evolução da DMT” (EXÉRCITO, 2022), ou seja, nada mais é que qualquer integrante do Exército Brasileiro que se preocupe e haja oficialmente visando a atualização doutrinária da Força Terrestre.

Dessa maneira, O SIDOMT tem, dentre seus objetivos, a intenção de gerar, por intermédio de estudos e ações práticas, uma constante atualização da Doutrina do Exército Brasileiro, em um ciclo retroalimentado que gera um pensamento único para o poder militar terrestre (EXÉRCITO, 2022).

Nesse escopo, o SIDOMT acaba sendo o responsável por criar os chamados produtos doutrinários, ou seja documentos que “sintetizam as concepções sobre o modo de combater, bem como sobre o modo de organizar e de equipar” (EXÉRCITO, 2022). Esses produtos recebem diversas classificações, sendo os mais importantes

para o presente estudo os Manuais de Campanha (MC) e os Manuais de Fundamentos (MF), assim definidos:

“IX – MANUAL DE CAMPANHA (MC): publicação padronizada que regula, primordialmente, as concepções, os conceitos operativos e as táticas dos escalões da F Ter (grande comando operativo, unidade ou subunidade), bem como as formas de emprego desses escalões. Poderá, ainda, regular questões relacionadas ao preparo e ao emprego da F Ter, ao gerenciamento organizacional e a outros assuntos correlatos;

XI - MANUAL DE FUNDAMENTOS (MF): publicação padronizada que inclui um universo de conhecimentos que abrangem princípios e valores, para obtenção de objetivos individuais e institucionais, e concepções e conceitos relacionados à doutrina e a outras atividades funcionais de abrangência do EB;” (EXÉRCITO, 2022).

Cabe destacar que, os tipos de manuais acima apresentados, são aqueles que mais se enquadram no âmbito da Doutrina Militar de Inteligência do Exército Brasileiro, um dos objetos de estudo do presente trabalho, tal qual o Manual EB20-MF-10.107 (Inteligência Militar Terrestre) e o Manual de Campanha EB20-MC-10.207 (Inteligência).

Ainda, é importante também verificar que os referidos produtos não são organizados aleatoriamente. De fato, eles são divididos por níveis, que segundo a IG 01.005, “correspondem a necessidades de formulação e de aprovação cuja responsabilidade cabe a diferentes órgãos”, sendo apresentados conforme gráfico abaixo:

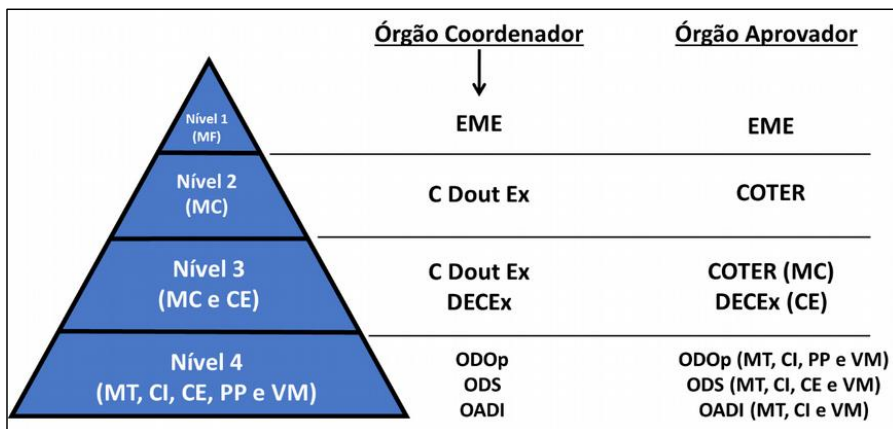


Figura 3 – Hierarquia das publicações

Fonte: EXÉRCITO, 2022

Finalmente, é importante frisar que esmiuçar a produção doutrinária não é objetivo central deste trabalho, apenas dar ciência ao leitor de como se produz doutrina no âmbito da Força Terrestre. Assim, a produção doutrinária em si não será detalhada, mas para findar esse aspecto da análise do presente trabalho, será abordado a seguir, sumariamente, o ciclo de produção doutrinária.

O objetivo de toda e qualquer doutrina é se manter constantemente atualizada, pois do contrário, ela perde sua finalidade máster. Para garantir a eficácia desse ciclo de produção, o mesmo é dividido em quatro fases, que englobam processos e tarefas, conforme apresentado pela IG 01.005, e abaixo replicado:

- I - planejamento da produção doutrinária;
- II - formulação do produto doutrinário;
- III - difusão do produto doutrinário; e
- IV - acompanhamento doutrinário.

É importante também compreender que essas fases seguem uma sequência lógica, e que as mesmas se complementam, de forma que o ciclo se retroalimente, e nenhuma informação seja desperdiçada (EXÉRCITO, 2022), conforme apresentado na figura abaixo:

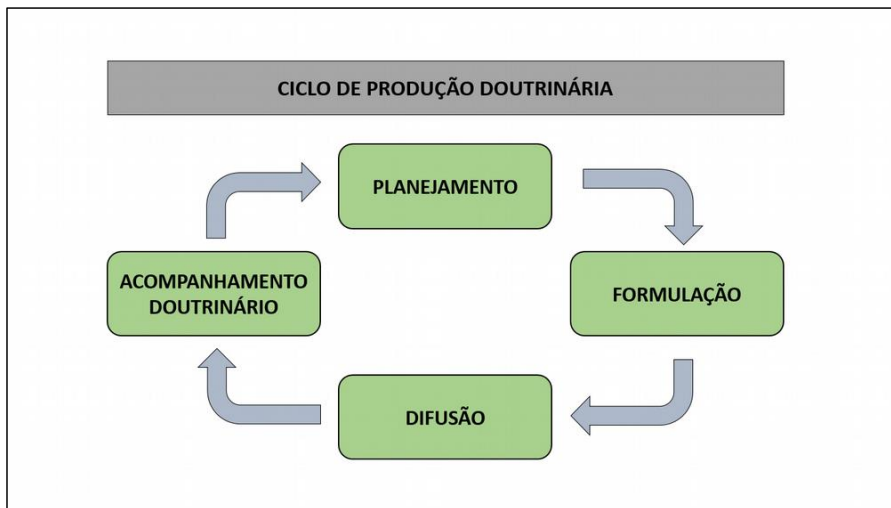


Figura 4 – Ciclo de produção doutrinária

Fonte: EXÉRCITO, 2022

Dentre as fases constantes nesse ciclo, cabe enfatizar a fase da difusão. Nela, o Exército difunde seus produtos doutrinários, quer seja por meio de elaboração de novos manuais, notas doutrinárias etc., ao passo que, paralelamente, os mesmos são inseridos em um banco de dados doutrinário, estando em constante condição de realimentar o ciclo, se assim se fizer necessário (EXÉRCITO, 2022). Nesse ínterim, ressalta-se que um dos documentos que constitui esse banco doutrinário são os relatórios de missões no exterior, que além de incluir as especificidades técnicas da missão depreendida pelo militar, é capaz de salientar a importância do idioma para a produção de conhecimento com a qual o mesmo travou contato durante a missão, tópico do próximo capítulo do presente trabalho.

Assim, de tudo exposto, verifica-se que o Exército Brasileiro possui uma sistemática bastante definida e embasada para produção doutrinária, e que a mesma está inserida em um contexto maior, que engloba os interesses da Força em uma ampliação de capacidades ainda não existentes, mas também de constante atualização daquelas que já são de seu conhecimento.

Dessa forma, o ciclo de produção doutrinária no Exército está em constante evolução, e naturalmente, toma grande parte de seu subsídio em doutrinas estrangeiras, cuja experimentação são a chave para a aplicação em território nacional, sendo portanto, essencial ao militar saber trabalhar com idiomas estrangeiros em prol da evolução da doutrina militar terrestre brasileira, haja vista que, o agente humano é, sem sombra de dúvida, elemento essencial nesse ciclo de produção de conhecimento.

#### 4. INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM NAÇÕES AMIGAS

O Exército Brasileiro possui grande estrutura de especialização técnica para os seus militares. Além das Escolas de Formação e Aperfeiçoamento, tanto de Oficiais quanto de Praças, a instituição busca ampliar a capacitação de seu pessoal, principalmente dos militares de carreira da ativa, por intermédio de seus centros de instrução nacionais, que abarcam atividades de ensino técnico-profissional de uma variada gama de assuntos atinentes à carreira militar, mas também por intermédio de intercâmbios de conhecimento com Nações Amigas.

Esse intercâmbio está enquadrado nas chamadas missões no exterior, que segundo a IG 10-55, Instruções Gerais para Missões no Exterior, afirma, em seu artigo 5º, que “As missões no exterior têm por objetivo atender a compromissos e a interesses do Exército, avaliados previamente pelo Estado-Maior do Exército (EME)”. Dentro de um escopo que abarca diversas atividades de interesse da Força, a referida Instrução Geral (IG) aponta, no Inciso I de seu artigo 3º, que “são ainda adotadas, para as missões no exterior, as seguintes classificações e denominações: [...] b) grupo II - missões de ensino ou de instrução [...] e c) grupo III - missões discentes em organizações de ensino ou de instrução (aluno de curso ou estágio)”.

Assim, percebe-se que o EME é o órgão regulador de atividades de interesse do Exército Brasileiro, no tocante à capacitação de seu pessoal junto a organismos militares internacionais. Para tanto, a IG em questão define ainda, em seu Inciso II do artigo 6º, que “as missões eventuais dos grupos I, II, IV e V são incluídas no Plano de Visitas e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA) [...] e as missões com duração acima de trinta dias são incluídas no Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA)”. Logo, denota-se que há um planejamento específico para a definição de quais cursos são de interesse para a Força Terrestre, e que tais decisões cabem ao mais alto escalão da Força, doravante a sua importância.

Ainda, outra estrutura do Exército que se empenha na atividade de capacitação de pessoal a nível internacional é o Gabinete do Comandante do Exército. Segundo a Portaria nº 227, de 31 de março de 2011, que aprova o Regimento Interno do Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), em seu artigo 3º, o Gabinete é “Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Cmt Ex”, e dentre as suas finalidades,

destaca-se “assistir o Cmt Ex na formulação da política e da doutrina militares terrestres”.

Para tanto, em sua constituição, o Gab Cmt Ex conta com a Primeira Assessoria (A/1) – Assessoria de Pessoal, que no âmbito de suas competências, “trata da execução de assuntos relacionados com pessoal, na esfera privativa do Cmt Ex, destacando-se, em especial, aqueles atinentes à missão no exterior” (BRASIL, 2011). No artigo 9º da supracitada Portaria, em seu Inciso II, apontam-se as competências assim distribuídas pelas subassessorias, quais sejam:

II - SA 1.2 - Missões no Exterior:

- a) gerenciar o processo para a seleção e nomeação/designação para:
  - 1. missões permanentes, transitórias e eventuais; e
  - 2. missões de paz e humanitárias;
- b) gerenciar o processo para aprovação e execução de:
  - 1. Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA); e
  - 2. Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA);
- c) processar a seleção e a designação para o CPEAEx e cursos equivalentes;
- d) processar a designação para cursos fora da Força; (BRASIL, 2011)

Dessa forma, depreende-se que a A1 é o principal grupo de trabalho responsável por gerir e elencar o pessoal do Exército que constituirá as diversas missões no exterior, e que tais processos visam os interesses da Força Terrestre. Isto posto, cabe salientar que a já citada IG 10-55 é o documento base que norteia o trabalho da A1 para esse processo seletivo. Dentre os requisitos para pré-seleção dos militares para determinada missão, consta no Inciso XII, do artigo 8º da referida legislação que o militar deve “preferencialmente, ser credenciado no(s) idioma(s) exigido(s) para o cumprimento da missão”. Dessa maneira, a habilitação em idiomas específicos se mostra, pela primeira vez, como parte significativa do processo seletivo para missões no exterior.

Ademais, ainda inserido no processo decisório de seleção, “o processamento da seleção do pessoal para missões no exterior desenvolve-se em duas fases, sendo a primeira a preparatória, a cargo do Departamento Geral de Pessoal (DGP)” (BRASIL, 2003). Considerando as etapas dessa fase, cabe salientar “a solicitação das Fichas de Informações do Comandante (FIC) relativas aos militares integrantes do UFS, conforme modelo constante do Anexo “A” da IG 10-55, como um dos aspectos considerados pelo DGP” (BRASIL, 2003). Na FIC, conforme figura abaixo, um dos itens em ressalva diz respeito às habilitações em idiomas do militar em tela, configurando mais uma vez a importância do conhecimento de idiomas estrangeiros



para o militar inserido no processo seletivo para uma capacitação de nível internacional.

ANEXO A  
FICHA DE INFORMAÇÕES DO COMANDANTE

CONFIDENCIAL  
(Após preenchida)

FICHA DE INFORMAÇÕES DO COMANDANTE (FIC) (PARA  
MISSÃO NO EXTERIOR)

FOTO ATUAL  
(3 X 4)  
  
NÃO COLE  
NÃO GRAMPEIE  
**USE CLIPE**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Posto/Grad: \_\_\_\_\_ Arma/Quadro/Sv: \_\_\_\_\_ Idt: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CP: \_\_\_\_\_  
(sem lista, nome do guerreiro entre parênteses)

OM: \_\_\_\_\_ Data Apresentação Pr/Sv: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

1. SITUAÇÃO PROFISSIONAL

a. Conhecimento de idiomas estrangeiros

Idioma	Habilitação			Grau de Fluência		
	Nr NE	Data	Nível	E	MB	B

Figura 5: FIC contendo a situação de habilitação em língua estrangeira  
Fonte: IG 10-55

É importante frisar que, para o militar ser considerado inserido no Universo Inicial de Seleção (UIS), segundo CASTILHO 2020, um dos critérios é “a proficiência linguística IPL 2122 em um idioma estrangeiro, geralmente o usado no país em que será executada a missão, e que estas informações geralmente são veiculadas no Informativo do Exército (INFORMEx) ao público interno da Força”.

Destarte, fica evidente a importância não só do conhecimento linguístico, mas da real habilitação técnica do militar para que o mesmo possa ser considerado apto a representar o país em uma missão internacional, ainda que na área de ensino, de forma que o mesmo possa ter reais condições de aprendizado, visando assim atingir o intuito do Exército de capacitar seu pessoal em conhecimentos técnicos nas diversas áreas de interesse da Força, de forma a abrilhantar a Doutrina Militar Terrestre, antes as necessidades do atual cenário de emprego do Exército.

## 5. A DOCTRINA MILITAR DE INTELIGÊNCIA DOS EUA E DE PAÍSES DE LÍNGUA HISPÂNICA NA AMÉRICA LATINA

### 5.1 DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA DOS EUA

A inteligência governamental dos Estados Unidos da América (EUA) remonta ao século XIX, devido a influência da Guerra do Pacífico<sup>1</sup>. Segundo CEPIK (2014) “em 1882, foi criado o *Office of Naval Intelligence* (ONI), enquanto o exército criou, em 1885, sua *Military Intelligence Division* (MID). Ele afirma ainda nesse íterim que:

A criação simultânea pela Marinha e pelo Exército de seções especializadas em inteligência nos respectivos estados-maiores refletia também a tendência internacional de integração paulatina dessa função informacional à organização típica dos estados-maiores gerais baseados no modelo prussiano, o qual evoluiu desde o final das Guerras Napoleônicas (1815) até a vitória contra a França (1870) (CEPIK, 2014)

Nesse mesmo sentido, CEPIK (2014) aponta também que “em 1908, foi criado o *Bureau of Investigation* (BOI) do Departamento de Justiça, uma polícia federal com atribuições de investigação criminal e combate contra a “subversão”, [...] que seria renomeada em 1935, tornando-se o *Federal Bureau of Investigation* (FBI)”.

Mantendo o cenário evolutivo, em 26 de julho de 1947, o governo Truman conseguiu aprovar no Congresso o *National Security Act*, a lei que, segundo CEPIK (2014) “criou as bases da institucionalidade de defesa e inteligência do pós-guerra. A nova legislação criou o Conselho de Segurança Nacional (NSC), um embrião do que seria mais tarde o Departamento de Defesa (DoD), uma força aérea (USAF) separada do Exército e uma Agência Central de Inteligência (CIA)”.

A partir da Guerra Fria, em meados do Séc XX, a capacidade de influência norte-americana ganhou grande sobressalto a nível mundial, e a primeira manifestação deu-se nos subcontinentes sul-americanos, redutos naturais da presença dos EUA. Segundo BRITO (2009), “a partir da influência dos EUA nos países da América Latina, tal modelo será determinante na construção de diversos sistemas regionais de inteligência”.

Considerando o foco do presente trabalho na Doutrina Militar de Inteligência, há de se perceber a importância da criação da *Defense Intelligence Agency* (DIA), em 29 de setembro de 1961. Essa agência, segundo BRITO (2009), tinha “o papel de

---

<sup>1</sup> A Guerra do Pacífico foi um conflito ocorrido entre 1879 e 1883, confrontando o Chile com as forças da Bolívia e Peru. Ao final da guerra, o Chile anexou áreas ricas em recursos naturais de ambos os países derrotados, com o Peru perdeu a província de Região de Tarapacá e a Bolívia a província de Antofagasta, ficando sem uma saída para o mar.

centralizar a coleta e análise de inteligência militar externa, seja mediante fontes humanas, abertas e, mais tarde, com imagens, de forma a tentar identificar o sistema de armas utilizado pelos demais países do globo, em particular os do bloco soviético”.

Atualmente, a doutrina de Inteligência do Exército norte-americano está fundamentada em seus manuais de campanha. Segundo o manual FM-02 *Intelligence* (2010), do Exército dos EUA, Inteligência é “o produto resultante da coleta, processamento, integração, avaliação, análise e interpretação das informações disponíveis acerca de nações estrangeiras, forças ou elementos hostis ou potencialmente hostis, e áreas de atual ou potencial operação” (tradução nossa)<sup>2</sup>. O referido manual afirma ainda que “o Exército produz inteligência através da Função de Combate Inteligência [...] que relaciona tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno, e considerações civis” (tradução nossa)<sup>3</sup>.

Dessa forma, pode-se perceber que, atualmente, o Exército dos EUA possui um claro padrão definido do que é a sua Inteligência Militar, baseado em suas experiências práticas ao longo da história, fundamentando o emprego dessa área para subsidiar as suas operações militares.

Assim, é perceptível que a doutrina militar de inteligência norte-americana possui características marcantes que poderão gerar influência a nível mundial, principalmente no continente Latino-americano, haja vista a histórica e cultural influência desta nação na formação do pensamento político dos países que compõem essa região do globo.

## 5.2 DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA DA ARGENTINA E DO MÉXICO

Já no âmbito da América Latina, dois exemplos de Inteligência militar que cabem análise são o da Argentina e do México, que possuem trajetória similar à brasileira quanto ao emprego da Inteligência Militar.

Na Argentina, o primeiro serviço nacional de inteligência militar surgiu no início do Século XX:

“Em 1908 foi criado o Serviço de Espionagem e Contraespionagem Militar, primeira dependência do Exército Argentino dedicada exclusivamente à

---

<sup>2</sup> Intelligence is the product resulting from the collection, processing, integration, evaluation, analysis, and interpretation of available information concerning foreign nations, hostile or potentially hostile forces or elements, or areas of actual or potential operations;

<sup>3</sup> The intelligence warfighting function is the related tasks and systems that facilitate understanding of the operational environment, enemy, terrain, and civil considerations;

produção de inteligência exterior [...] o progresso técnico da atividade de inteligência conduziu à inauguração em 1942 da Escola de Informações do Exército, e um ano depois, da criação do Serviço de Informações do Exército (SIE), subordinado ao então Ministério da Guerra” (POCZYŃOK, 2017), (tradução nossa)<sup>4</sup>.

Percebe-se, assim, que a Argentina seguiu caminho parecido com o Brasil na formulação de sua estrutura de inteligência militar, uma vez que “as facultades conferidas ao SIE foram similares a de seus pares em outras Forças Armadas do mundo, ou seja, obter informações sobre exércitos estrangeiros, analisar a provável evolução de conflitos e conhecer elementos de inteligência que atuavam em seu país” (POCZYŃOK, 2017) (tradução nossa)<sup>5</sup>.

Já no caso do México, o artigo 29 da Lei de Segurança Nacional define o seguinte sobre a atividade de Inteligência:

“é o conocimiento obtido a partir da coleta, processamento, disseminação e exploração da informação, para a tomada de decisões em matéria de Segurança Nacional” (JASSO LÓPEZ, 2017) (tradução nossa)<sup>6</sup>.

Além disso, o Programa Setorial de Defesa Nacional 2013-2018 é o primeiro documento mexicano a se referir a um Sistema de Inteligência Militar, que define diversas linhas de ação com o propósito de fortalecer a inteligência militar mexicana, conforme figura abaixo:

---

<sup>4</sup> En 1908 se creó el Servicio de Espionaje y Contraespionaje Militar, la primera dependencia organizacional del Ejército dedicada exclusivamente a la producción de inteligencia exterior [...] El progreso técnico de la actividad de inteligencia condujo a la inauguración en 1942 de la Escuela de Informaciones del Ejército. Un año después se creó el Servicio de Informaciones del Ejército (SIE), bajo la órbita del entonces Ministerio de Guerra.

<sup>5</sup> Las facultades conferidas al SIE fueron similares a las de sus pares de otras Fuerzas Armadas del mundo: obtener información sobre los ejércitos extranjeros, analizar la probable evolución de determinados conflictos interestatales y conocer el accionar de los elementos de inteligencia externos que operaban en el país.

<sup>6</sup> En México, el artículo 29º de la Ley de Seguridad Nacional define la inteligencia como “el conocimiento obtenido a partir de la recolección, procesamiento, disseminación y explotación de información, para la toma de decisiones en materia de Seguridad Nacional”

2.1.1. Fortalecer el Sistema de Inteligencia Militar, mediante la modernización tecnológica, con objeto de realizar operaciones eficaces.
2.1.2. Coordinar con las instancias de inteligencia de la Administración Pública Federal para obtener mejores resultados institucionales.
2.1.3. Crear la especialidad de inteligencia militar en el Ejército y Fuerza Aérea Mexicanos.
2.1.4. Coadyuvar a promover con instancias del Gobierno Federal una Doctrina de Inteligencia para unificar procedimientos de instancias de Seguridad Nacional.
2.1.5. Promover mecanismos de intercambio de información con organismos de inteligencia nacionales y países amigos, para lograr eficacia en los resultados.
2.1.6. Fortalecer el desarrollo de la infraestructura de inteligencia, con sistemas y medios tecnológicos modernos, para un eficiente procesamiento de datos.
2.1.7. Fortalecer la Escuela Militar de Inteligencia, la capacitación y adiestramiento del personal militar en materia de inteligencia, contrainteligencia y ciberespacio.
2.1.8. Fortalecer las capacidades del Sistema Integral de Vigilancia Aérea en apoyo de las operaciones militares.
2.1.9. Fortalecer el Sistema de Inteligencia militar implementando un enlace de datos táctico para intercambio de información en tiempo real.
2.1.10. Impulsar el desarrollo de la cuarta dimensión de operaciones denominada "ciberespacio", con recursos humanos, materiales y tecnológicos.

Figura 6: Programa Setorial de Defensa Nacional 2013-2018

Fonte: JASSO LÓPEZ, 2017

Do acima exposto, percebe-se a valorização que o programa dá para as Forças Armadas, ao especificar a necessidade de criação da especialidade "inteligência militar" para o Exército e Força Aérea mexicanos, bem como com o fortalecimento da Escola Militar de Inteligência, de forma a ampliar as possibilidades de capacitação de seu pessoal na área. Não obstante, o objetivo 2.1.5 acima incorre exatamente na questão do intercâmbio de conhecimentos de Inteligência, ao visar "promover mecanismos de intercâmbio com organismos de países amigos, para aumentar a eficácia nos resultados" (tradução nossa).

De tudo apresentado, denota-se que a inteligência militar brasileira é comum ao modelo latino-americano, tendo a Inteligência Militar americana sido um norte de orientação para o fomento destas doutrinas. Contudo, as peculiaridades das ameaças sul-americanas mostram-se diferenciadas quanto comparadas ao cenário norte-americano, o que demanda uma especificidade na evolução da doutrina militar desses países, que terminam por demandar muito mais aproximação, a fim de superar os desafios externos comuns aos países da América Latina, o que aumenta a necessidade de intercâmbio de conhecimento entre os mesmos.

## 6. A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DE INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

O Sistema Brasileiro de Inteligência é igualmente singular. Segundo BRITO (2009), “criado concomitantemente com o modelo dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que sofreu influência decisiva deste, a estrutura de inteligência brasileira resultou em algo bastante distinto do sistema de inteligência norte-americano”.

Antes disso, a Inteligência Governamental no Brasil possui raízes na República Velha. Segundo ANDRADE (2014), “suas origens remontam à criação do Conselho Nacional de Defesa em 1927, durante o governo de Washington Luís, mudando de nome posteriormente para Conselho de Segurança Nacional, com Getúlio Vargas, e Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligências – SFICI, durante o governo JK”. A partir dos governos militares, em 1964, essa estrutura passa por nova modificação, sendo criado o Sistema Nacional de Informações (SNI), no mesmo ano, e em 1971, a Escola Nacional de Informações, diretamente subordinada ao Chefe do SNI (ANDRADE, 2014).

Esta estrutura, “como não poderia deixar de ser, recebeu forte influência norte-americana no que diz respeito à elaboração teórica e estrutural da escola, tendo o seu conceito partido dos EUA, mediante a Escola Superior de Guerra – ESG” (BRITO, 2009, apud ANTUNES, 2002).

Ainda nesse sentido, a lógica de combate ao inimigo interno em obediência aos paradigmas propostos por Washington continuava a mesma, resultando no seguinte:

“Cumprir ressaltar que o alinhamento quase automático desses governos [latino-americanos] com a doutrina norte-americana – uma vez que a cúpula militar em grande parte havia realizado cursos nos EUA – aliado ao interesse estratégico do então governo de Washington, acarretou a criação de diversas doutrinas de segurança nacional, as quais exigiam a criação de uma organização de informações para dar-lhes sustentação. Em consequência, assistiu-se ao surgimento de diversos Serviços de Informações em países latino-americanos, com atuação preponderante no campo interno, com a finalidade precípua de combate à subversão.

O Brasil não ficou à parte desse processo, incorrendo no mesmo caso com o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), que, apesar de ter atribuições na produção de informações externas de contra-espionagem, pautou sua atuação, desde o surgimento em 1964, principalmente, na produção de informações do campo interno” (BRITO, 2009, Apud MARTCHENCO 2004).

Já na virada do Século XX para o XXI, são criadas a Agência Brasileira de Inteligência (1999) e o Sistema Brasileiro de Inteligência (SisBIN), este último em 2002, ao passo que em 2016 é criada a Política Nacional de Inteligência, configurada como “documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País” (BRASIL, 2016) e que entende a atividade de Inteligência da seguinte maneira:

“Exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos: inteligência e contrainteligência” (BRASIL, 2016).

Atualmente, o Exército Brasileiro tem sua atividade de Inteligência fundamentada no Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx), que segundo o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre EB20-MF-10.107, “compreende os órgãos e as pessoas do EB que, sob a responsabilidade dos comandantes, chefes ou diretores, estão envolvidos na execução das atividades e tarefas de Inteligência ou que estão ligados à sua regulamentação e normatização, e para tanto, tem o Centro de Inteligência do Exército (CIE), como seu órgão central”.

A nível de emprego, dentro do conceito operativo da Força Terrestre, a atividade de Inteligência é guiada pela Função de Combate Inteligência, definida no Manual de Fundamentos Inteligência EB20-MF-10.207 como “aquela que compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis”.

Igualmente importante, a Doutrina de Inteligência para as Operações, além dos já acima citados fundamentos, é também centrada no Manual de Fundamentos Planejamento e Emprego da Inteligência Militar EB20-MF-10.307, que contém o cerne do emprego da atividade de Inteligência visando o emprego do poder militar, abarcando conceitos de grande valor, como o Exame de Situação de Inteligência e Contrainteligência e o Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC), ferramenta fundamental para a capacidade decisória dos Comandantes de todos os níveis no combate.

Destarte, apreende-se que a Doutrina de Inteligência Militar Brasileira encontra-se bastante consolidada, mas segue avançando de acordo com as evoluções naturais do ambiente operacional, e para tanto, permanece à esteira dos grandes eventos militares conduzidos pelas principais potências desse escopo, à cujas doutrinas vale-se debruçar-se para manter o constante aprimoramento.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 7.1 COLETA DE DADOS

De forma a complementar o conhecimento adquirido por meio de fontes escritas, foi realizada uma coleta de dados usando um tipo de instrumento: os questionários.

#### 7.1.1 Questionários

A aplicação dos questionários teve por finalidade mensurar a importância do conhecimento de idiomas inglês e espanhol para militares do Exército Brasileiro que participaram de missões no exterior na área da inteligência militar. Além disso, foi questionado também o caso de militares pertencentes ao Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), que já tenham travado contato com documentos doutrinários de forças militares internacionais para o cumprimento de suas missões, assim, também dependendo do conhecimento de idiomas estrangeiros. Ressalta-se, assim, que nos dois casos, podem ocorrer benefícios para o melhoramento da doutrina militar de inteligência brasileira. Para tanto, os referidos questionários foram aplicados aos seguintes grupos:

Comentado [NH1]: Corrigir.

a. Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro, participantes de missões no exterior de países de língua materna inglês e/ou espanhol, (amostra de 14 militares), para um erro amostral de 10% e nível de confiança de 90%;

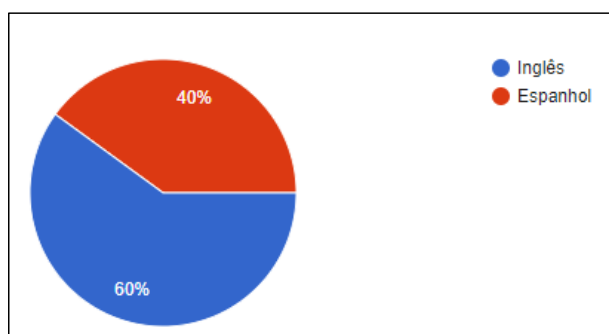
b. Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro, pertencentes ao universo do Sistema de Inteligência do Exército, no âmbito das Agências de Inteligência Classes A, B e C, (amostra de 24 militares), para um erro amostral de 10% e nível de confiança de 90%;

Por fim, foi realizado ainda um pré-teste com 03 oficiais pertencentes ao SIEx e 03 oficiais não pertencentes ao mesmo, mas que participaram de missões no exterior na área da inteligência militar, que atendiam aos pré-requisitos para integrar as amostras, com o intuito de levantar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não tendo sido observados erros que envidassem alterações, os mesmos foram mantidos, com os resultados dos pré-testes incluídos no computo final da análise.



## 7.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No que tange o universo do primeiro questionário, direcionado a militares que participaram de missões no exterior na área de inteligência militar, observou-se o seguinte:



**GRÁFICO 1** – Apontamento da amostra, em valores percentuais, sobre língua oficial do país no qual ocorreu a missão do questionado.

Fonte: O Autor

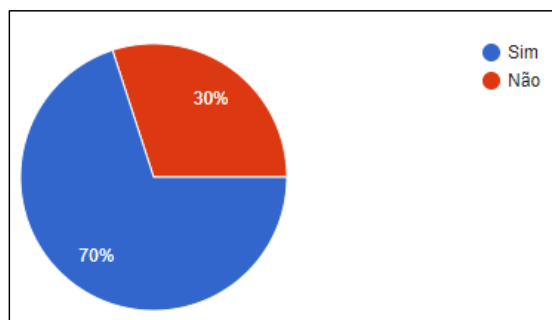
Ao serem questionados sobre o nível de proficiência linguístico no idioma materno do país para cuja missão foram designados, a resposta deu-se da seguinte maneira:

Nível de Proficiência	Porcentagem Total
Não habilitado	5%
2122 ou 2222	30%
Entre 3122 e 3333	50%
Entre 4122 e 4444	15%

**QUADRO 1** – Opinião da amostra, sobre os índices de proficiência linguística ao serem designados para missão no exterior

Fonte: O Autor

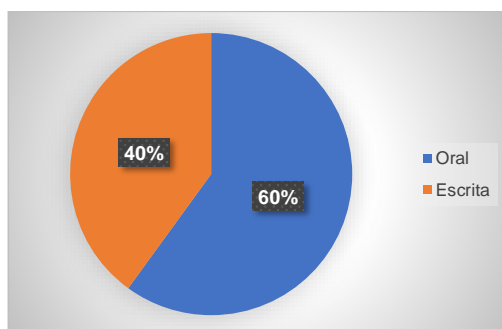
Ao serem questionados se sentiam-se confortáveis quanto ao nível de proficiência que possuíam ao serem designados para a missão, a amostra apontou o seguinte:



**GRÁFICO 2** – Opinião da amostra, quanto ao nível de confiança em seu nível de proficiência ao ser designado para a missão no exterior.

Fonte: O Autor

Ainda nesse íterim, a amostra apontou em quais itens da proficiência linguística (habilidade auditiva, oral, leitora ou escrita) o questionado sentia mais dificuldade, apresentando o seguinte:



**GRÁFICO 3** – Porcentagem de deficiência da amostra nas habilidades de proficiência linguística.

Fonte: O Autor

Posteriormente, foi indagado à amostra se esta buscou aprimorar suas habilidades linguísticas para o exercício da missão para qual foi designado, obtendo-se o seguinte quadro:

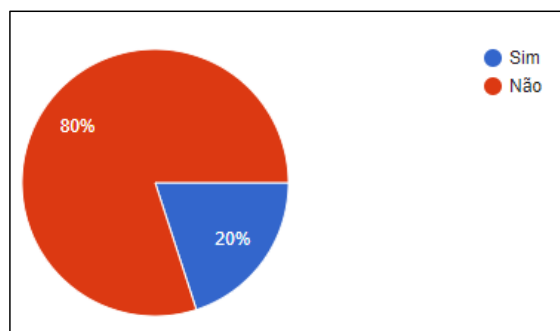
Sim, de forma particular
Sim, contratou professor particular para treinar para a missão
Sim, realizou aulas particulares para conversação

Sim, realizou cursos de conversação
Sim realizou curso de idiomas
Não, pois considerou a preparação realizada pelo CCOPAB suficiente para a missão
Sim, intensificou a leitura e focou em filmes sem legenda, para melhorar a compreensão auditiva
Sim, realizou aulas particulares e focou em material em inglês, como áudios e vídeos

**QUADRO 2** – Opinião da amostra, sobre formas de aprimoramento de habilidades linguísticas para o decorrer da missão para que foi selecionado

Fonte: O Autor

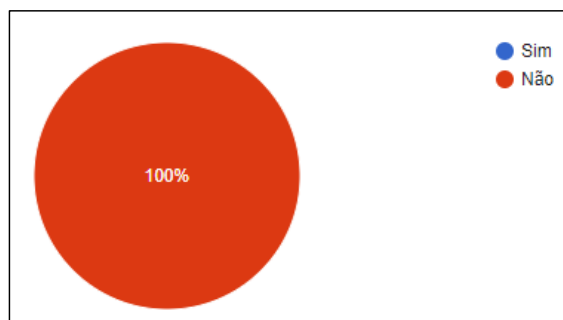
Na sequência, foi perguntado se durante o decorrer da missão, a amostra sentiu dificuldades para compreender diferenças doutrinárias entre o país em que estavam atuando e o Brasil, no tocante à doutrina de Inteligência Militar, chegando-se ao seguinte resultado:



**GRÁFICO 4** – Porcentagem de deficiência da amostra em compreensão da doutrina de inteligência local durante o decorrer da missão no exterior.

Fonte: O Autor

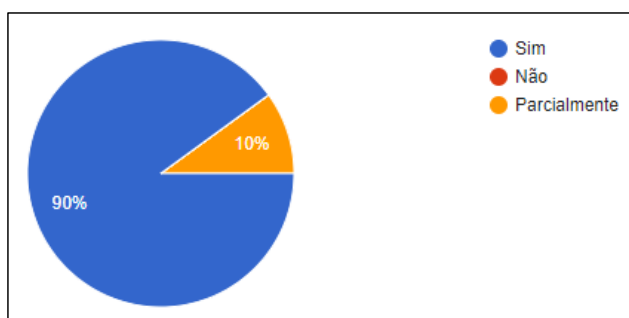
Ainda nesse quesito, foi complementado perguntando se, no caso positivo, tal deficiência deu-se por limitações quanto ao entendimento do idioma local, obtendo-se o que se segue:



**GRÁFICO 5** – Porcentagem de deficiência da amostra em compreensão da doutrina de inteligência local, decorrente de falta de habilidade com o idioma.

Fonte: O Autor

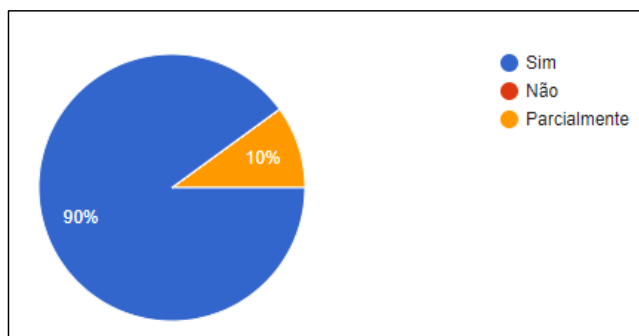
Sequencialmente, foi-se indagado se durante o decorrer da missão a amostra conseguiu absorver a doutrina de inteligência militar local, em que pese as diferenças logísticas, obtendo-se o seguinte:



**GRÁFICO 6** – Porcentagem da amostra que absorveu a doutrina de inteligência local durante o decorrer da missão, independente das diferenças linguísticas entre os países.

Fonte: O Autor

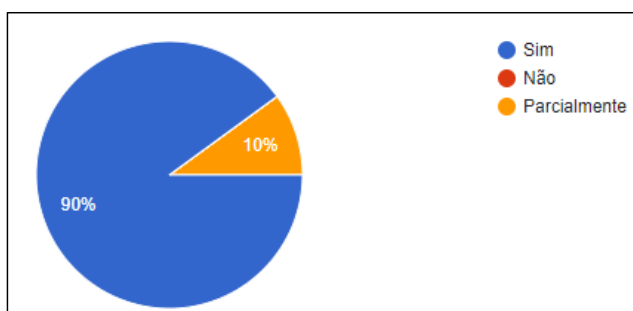
Ainda, foi perguntado se, ao final da missão, o militar conseguiu colher ensinamentos doutrinários do país em que estava, capazes de serem aplicados à doutrina de inteligência brasileira, com o resultado a seguir:



**GRÁFICO 7** – Porcentagem da amostra que colheu ensinamentos doutrinários aplicáveis à inteligência militar brasileira.

Fonte: O Autor

Finalmente, foi indagado à amostra se esta considera que, após a conclusão da missão, percebe-se em melhores condições de utilizar documentos doutrinários estrangeiros para aplicação e melhoria da doutrina de inteligência militar brasileira, com o resultado que se segue:



**GRÁFICO 8** – Porcentagem da amostra que se considera em melhores condições de valer-se de documentos doutrinários estrangeiros para aplicação na doutrina brasileira de inteligência.

Fonte: O Autor

Em um segundo momento, no que tange o universo do segundo questionário, direcionado a militares integrantes do SIEEX, observou-se o seguinte.

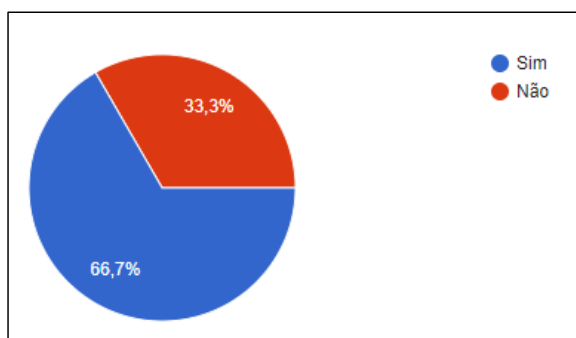
Ao serem questionados se possuem algum nível de proficiência linguístico nos idiomas inglês e/ou espanhol, a resposta deu-se da seguinte maneira:

Nível de Proficiência	Porcentagem Total
Não habilitado	0%
2122 ou 2222	42%
2132 ou 2232	25%
3122 ou maior	33%

**QUADRO 3** – Opinião da amostra, sobre proficiência linguística em inglês e/ou espanhol

Fonte: O Autor

Posteriormente, foi questionado se o militar já havia travado contato com documentos de inteligência militar de países de língua inglesa ou espanhola, obtendo-se o seguinte:



**GRÁFICO 9** – Porcentagem da amostra que já travou contato com documentos de inteligência militar estrangeiros.

Fonte: O Autor

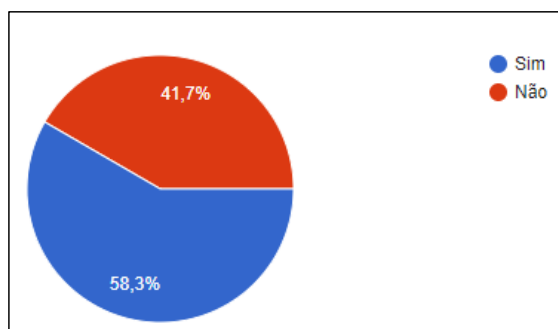
Nesse ínterim, questionados sobre quais documentos travaram contato e de quais países, os principais resultados deram-se conforme abaixo:

Manuais de inteligência americana
Manuais norte-americanos e latinos
Documentos de diversos países, sendo os principais: EUA, Argentina e Chile
Artigos americanos sobre grandes eventos
EUA, Colômbia, Argentina e Uruguai
Manuais de C Intlg EUA, Argentina e Uruguai

**QUADRO 4** – Documentos estrangeiros com os quais a amostra já travou contato

Fonte: O Autor

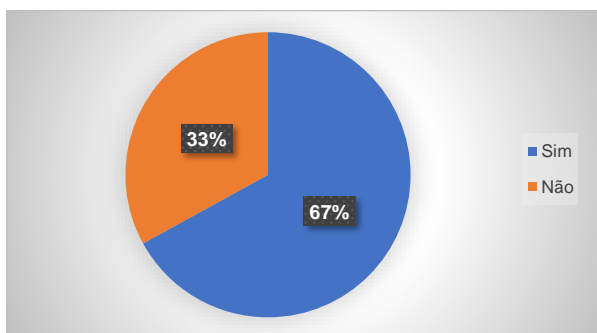
Mais especificamente, foi questionado se este contato com material de inteligência estrangeiro deu-se visando alguma análise de doutrina de inteligência, verificando-se o seguinte:



**GRÁFICO 10** – Porcentagem da amostra que já travou contato com documentos de inteligência militar estrangeiros, visando análise de doutrina de inteligência.

Fonte: O Autor

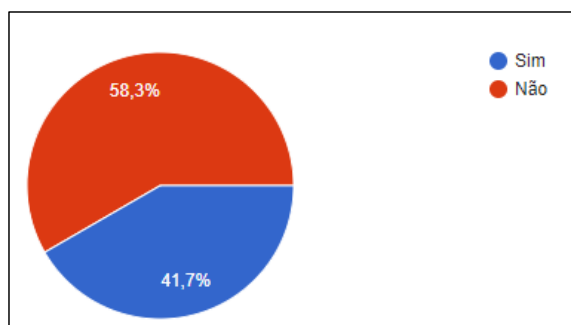
Ainda sobre o questionamento anterior, foi indagado se houve dificuldades em adquirir conhecimento desses documentos, face as diferenças linguísticas, chegando-se ao seguinte quadro:



**GRÁFICO 11** – Porcentagem da amostra que sentiu dificuldades em adquirir conhecimento de documentos doutrinários de inteligência de outros países, fruto das diferenças idiomáticas.

Fonte: O Autor

Sequencialmente, foi-se perguntado se os militares em questão já precisaram travar contato com militares da área de inteligência de países de língua inglesa e/ou espanhola, chegando-se ao seguinte:



**GRÁFICO 12** – Porcentagem da amostra que já travou contato com militares da área de inteligência militar de países de língua inglesa ou espanhola.

Fonte: O Autor

Nesse sentido, considerando-se os que já tiveram contato, foi complementado perguntando-se se os mesmos perceberam a diferença linguística como um dificultador ou até mesmo um empecilho para esse trato, obtendo-se as principais respostas abaixo:

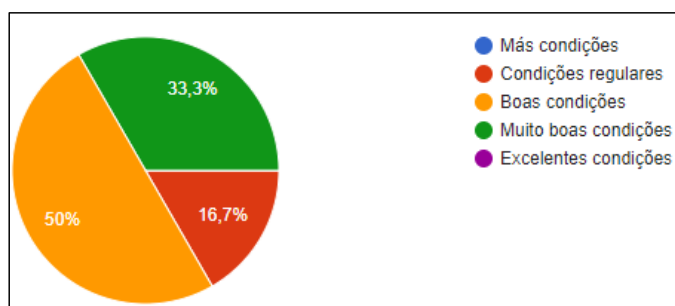
Sim
Sim, em partes
Gera um pouco de insegurança pela falta de prática na conversação no idioma
Antes da habilitação no idioma tinha muita dificuldade, mas após se aprofundar realizando curso, melhorou muito
Foi um dificultador, mas se mostrada habilidade, torna-se fator de confiança e persuasão

**QUADRO 5** – A diferença linguística como um dificultador para o trato com militares estrangeiros da área de inteligência militar

Fonte: O Autor

Finalmente, foi questionado à amostra se considera hoje estar em condições de valer-se de documentos doutrinários estrangeiros para aplicação e melhoria da doutrina militar de inteligência brasileira, chegando-se ao seguinte resultado:





**GRÁFICO 13** – Condições da amostra em valer-se de documentos estrangeiros para usufruto em prol da doutrina brasileira de inteligência militar.

Fonte: O Autor

### 7.3 DISCUSSÃO

Denota-se assim, que o conhecimento do idioma inglês e/ou espanhol são de grande valia para a produção doutrinária da inteligência militar brasileira, independente do seu uso ocorrer em uma missão em país estrangeiro, ou no próprio solo pátrio.

Face as experiências apresentadas pelas amostras acima, demonstra-se que o conhecimento do idioma é necessário para a correta compreensão de materiais estrangeiros que, conforme acima corroborado, não são de uso exclusivo de militares em missões internacionais.

Assim, os questionamentos acima elencados colaboraram em confirmar a importância do conhecimento dos idiomas inglês e espanhol para o Sistema de Inteligência do Exército Brasileiro, que se vale de militares com tal percepção cognitiva para o aprofundamento de sua doutrina militar.

É importante frisar que esta doutrina necessita de constante atualização, sendo tal quadro complementado, naturalmente, por militares que representam o Exército Brasileiro, e em particular, o SIEx, perante exércitos de nações amigas, mas sem, contudo, deixar de elencar a importância dos militares que, mesmo em território brasileiro, travam contato com doutrinas estrangeiras, e necessitam da ferramenta idiomática para melhor cumprirem sua missão.

## 8. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal elencar a importância do conhecimento dos idiomas inglês e espanhol para a evolução da doutrina militar de inteligência do Exército Brasileiro. Para isso foram elencados alguns objetivos intermediários, tais como: verificar o intercâmbio de conhecimento do Exército Brasileiro com exércitos de idiomas inglês e espanhol nativo, na área de Inteligência Militar; verificar o emprego do idioma inglês e espanhol na doutrina militar de inteligência no âmbito internacional; e apresentar a evolução da doutrina militar de inteligência brasileira.

Foi possível observar que o Sistema de Inteligência do Exército tem buscado se adequar às diretrizes doutrinárias expedidas pelo COTER, no intuito de ampliar a produção de uma doutrina militar de inteligência nacional. Para tanto, vale-se, evidentemente, de experiências adquiridas por militares no cenário internacional, principalmente no que concerne à doutrina norte-americana e de países da América Latina, cuja realidade conjuntural bastante se aproxima da brasileira.

Nesse contexto, foi verificado que o Exército Brasileiro possui uma sistemática bem estruturada no que diz respeito à habilitação de seu pessoal em idiomas estrangeiros, inclusive com capacitação própria e habilitação linguística reconhecida internacionalmente, sendo capaz de direcionar seu material humano para bem cumprir missões de caráter externo, de forma que o idioma não seja uma barreira intransponível ao sucesso na missão.

Este estudo deixou ainda evidente que a doutrina brasileira de inteligência, compartimentada entre o SIEx e a ABIN, possuem uma evolução lógica e, naturalmente, muito galgada na experiência norte-americana, que naturalmente é reconhecida mundialmente pela sua capacidade de produção de conhecimento. Assim, ao comparar os manuais de fundamentos de inteligência dos EUA e brasileiro, vê-se a grande semelhança entre suas estruturas doutrinárias. Assim, a aproximação do Exército Brasileiro com o Norte-Americano, no intuito de angariar novos conhecimentos doutrinários, é uma expertise de grande valia para a evolução da nossa Força Terrestre.

Ainda, pode-se denotar que o presente trabalho pode servir de subsídio para pesquisas futuras que objetivem estudar mais a fundo a doutrina de inteligência brasileira, e como a sua produção adequa-se com o Sistema de Doutrina do Exército,

mas principalmente, sobre as possíveis oportunidades de melhoria para uma conformação ainda mais produtiva e eficiente, quer seja com essa doutrina sendo produzida pelo próprio Centro de Inteligência do Exército, quer seja debaixo do escopo do COTER.

Ademais, foi verificado que um limitador para esta pesquisa foi a sensibilidade do tema tratado, haja vista alguns dos dados que seriam necessários para o aprofundamento da pesquisa estarem sob proteção junto ao SIEx, o que tornaria o presente trabalho como classificado, dificultando assim o seu acesso público. Informações como relatórios de missões no exterior, e a própria intenção do Sistema de Inteligência ao evitar esforços na habilitação de seu pessoal em missões internacionais não puderam ser absorvidos para o presente conteúdo, sem, contudo, ter sido um dissociador que anulasse a valia dos dados adquiridos de forma aberta ante, principalmente, aos questionários feitos para o pessoal do Exército.

De tudo exposto, pode-se evidenciar, principalmente fruto dos questionários, que as missões no exterior executadas por militares da Força Terrestre obtiveram ganhos profissionais de grande valor para os militares, aumentando sua experiência profissional e trazendo uma nova ótica para o emprego da nossa doutrina. Contudo, devido à limitação de acesso à dados oficiais junto ao CIE, não foi possível evidenciar oficialmente a praticidade deste conhecimento adquirido no tocante à evolução dos manuais de campanha e fundamentos do Exército.

Todavia, ao perceber-se a edição de novos manuais da Força, como o manual do Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis, editado no presente ano, permite-se observar que o Exército Brasileiro continua a aproximar-se das grandes doutrinas internacionais, principalmente a norte-americana, aumentado assim, fruto do conhecimento do idioma inglês para absorção deste conhecimento e conseqüente aprimoração para a realidade brasileira.

Por fim, depreende-se que o Exército Brasileiro demonstra grande preocupação com a sua evolução doutrinária na área da inteligência militar, buscando aproximar seu material doutrinário daquilo que há de mais eficiente na prateleira internacional. Para tanto, a forma mais eficiente que o Exército tem buscado para tal aperfeiçoamento é a habilitação de seu pessoal em idiomas estrangeiros, com destaque para o inglês e o espanhol, de forma a permitir que a dimensão humana seja empregada diretamente para a aquisição do conhecimento, uma vez necessário para

permitir que a inteligência militar brasileira esteja adequadamente capacitada para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais volátil e caótico, onde o correto emprego da inteligência militar é fator preponderante para o sucesso não só no combate, mas também em todas as funções atinentes à atividade militar.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação — Referências — Elaboração** (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 68 p.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência durante o regime militar**. 2014

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. FGV Editora, 2001.

BRASIL, **Política Nacional de Inteligência**, 2016.

BRITO, Vladimir de Paula. Sistemas de Inteligência no Brasil e nos Estados Unidos. **Monografia de Especialização. Escola superior do Ministério Público de Minas Gerais**, 2009.

CALVOSA, Marcello; FRANCO, Isabela. **Descomplicando o VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity). Investigação e Considerações sobre as Publicações A1 da Área 27 do Qualis/Capes**. XLVI EnANPAD-Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022.

CASTILHO, Fabio Andres Fagundez. **A proficiência linguística exigida a Militares do EB como requisito para missões no exterior**. 2020.

CEPIK, Marco. **Origens do Sistema de Inteligência dos Estados Unidos: 1775-1946**. Carta Internacional, v. 9, n. 1, p. 03-18, 2014.

Comandante do Exército, Brasil, Exército, **Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT)**, 6ª Ed, 2022.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Interno do Gabinete do Comandante do Exército**. 2011

ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Departamento de Pesquisa Pós-graduação. – Rio de Janeiro. 2012. 36p.

\_\_\_\_\_. Instituto Meira Matos. **Manual Escolar de Formatação de Trabalhos Científicos – ME 21-253** – Rio de Janeiro. 3ª edição. 2017.

ESTADO-MAIOR, Brasil Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. 3ª ed. 2022.

\_\_\_\_\_. **Inteligência**. 2015.

\_\_\_\_\_. **Inteligência Militar Terrestre**. 2015.

\_\_\_\_\_. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. 2015.

ESTEBAN, Miguel Ángel y CARVALHO, Andrea V. (2012), "**La inteligencia y los activos informacionales**", González Cussac, José Luis (Coord.), Inteligencia, Valencia: Tirant lo Blanch.

GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, Brasil, Exército, **Instruções Gerais para as Missões no Exterior - IG 10-55**. 2003.

HEADQUARTERS DEPARTMENT OF THE ARMY, USA, Army, **Intelligence – FM 2-0**. 2010.

JASSO LÓPEZ, Lucía Carmina. **Seguridad nacional, inteligencia militar y acceso a la información en México**. URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n. 21, p. 140-157, 2017

MARTCHENKO, Alexandre. **Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil**. ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO, v. 21, n. 3, 2004.

POCZYNOK, Iván. **Doctrinas de guerra e inteligencia militar en la Argentina (1948-1983)**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 4, n. 1, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. Atlas, 2005.